



O NOVO ENSINO MÉDIO E A POLÍTICA DO TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DO PARÁ

Elaine do Socorro Lima da Silva¹

Rosa do Socorro Gomes Vale²

Francineide da Costa Sousa³

A reforma do Ensino Médio ganhou outros contornos com a política de fomento do Ensino Médio em Escolas de Tempo Integral (EMTI) e no Estado do Pará vem sendo implementado desde 2017. Embora, o estado já tivesse iniciativas de criação da política da educação integral na sua rede de ensino desde 2012 com os programas indutores e o projeto da SEDUC/PA, de Escola de Tempo Integral. Em 2019, ganha mais força na implementação do programa com a PORTARIA Nº 977 GAB/SEDUC que regulamenta as escolas integrantes do EMTI em 26 escolas nos seguintes municípios e respectiva quantidade de escolas: Ananindeua (02), Belém (09), Marabá (04), Bragança (03) Barcarena (01), Santarém (01), Maracanã (01), Castanhal (01), Tailândia (01), Abaetetuba (01), Conceição do Araguaia (01) e Redenção (01 escola).

Com base nos desígnios da política de fomento e a realidade dos resultados das notas do IDEB de ensino médio das escolas paraense, traçamos objetivo em analisar a implementação da política do novo ensino médio em escola de tempo integral na rede de ensino paraense a partir da intencionalidade do terceiro setor conforme é apresentado neste estudo.

Este estudo foi desenvolvido com base no método qualitativo com ênfase na metodologia da análise de documentos que segundo Cellard (2008), favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. Como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de autores que vem discutindo esta temática, por isso, encontramos artigos publicados entre anos de 2018 a 2019 e os

¹ Mestre em Currículo e gestão da Escola Básica e membro do GPPGAE/UFPA; elaniese@gmail.com

² Mestranda PPEB/NEB/UFPA; gomesvale@hotmail.com

³ Mestranda PPEB/NEB/UFPA e membro do GPPGAE/UFPA ; professorafrancineidecosta@hotmail.com

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



documentos que regulamentam a reforma do ensino médio e do programa de fomento das escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) de domínio público nos sites do governo federal e da SEDUC/PA. Para análise dos documentos, usamos análise do discurso e com aporte teórico contribuiu para levantar os apontamentos a ser discutido neste texto.

Observa-se, que a reforma do ensino médio - Lei 13.415/17 se materializa em uma densa alteração na educação básica na redação da LDB 9.394/96. E ainda, fica evidente a imposição neoliberal na relação público–privado na Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. O EMTI, foi instituído com a Portaria Nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019 em conformidade com a reforma do Ensino Médio, tendo em vista apoiar a implementação da proposta pedagógica de tempo integral em escolas de ensino médio das redes públicas dos estados e do Distrito Federal. A proposta pedagógica deste programa tem por base ampliação da jornada escolar com a formação integral e integrada do estudante alinhada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a nova estrutura do Ensino Médio.

No Pará, os dados aferidos pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -IDEB, referente ao Ensino Médio apresentou índices preocupantes, pois, em 2015, alcançou 3,0, sendo que em 2017 o resultado decaiu para 2,8, não atingiu o proposto pelas metas projetadas, com exceção do ano de 2009, o resultado observado foi 3,0 e a meta projetada foi 2,7. Logo, sinaliza um quadro positivo para a política de fomento da educação em tempo integral para a melhoria da educação para este segmento de ensino, nesse sentido Queiroz (2018) deixa claro que:

De acordo com os dados projetados para o IDEB no Estado do Pará, necessita avançar no desempenho escolar em todos os níveis. Os déficits de desempenho projetados para os anos iniciais do ensino fundamental no Estado do Pará, não consegue atingir as metas nacionais[...]. Essa situação crítica perdura também no ensino médio, pois a projeção da rede estadual de ensino para alcançar em 2021 é de 4,7, ao passo que a projeção nacional é de 5,0 (QUEIROZ, 2018, p. 79).

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



Cabe enfatizar que a educação de Tempo Integral na perspectiva do EMTI, está relacionada aos ditames da política neoliberal, sob a égide do Terceiro Setor, por meio do estabelecimento institucionalizado via público-privada, conforme destaca Caetano (2018) sobre agentes ligados a este setor privado no que se refere a relação de contrato de assessoria para implementar a educação em tempo integral.

No Estado do Pará, a execução do plano de formação para a referida política é composto pelo CENPEC (Centro de Estudo em Educação Cultura e Ação Comunitário) e pela FCAV (Fundação Carlos Alberto Vanzolini), responsável pelo desenho, implementação e supervisão da política de educação em tempo integral para o ensino médio nas escolas já citadas anteriormente em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc-PA).

Logo, essas questões abrem lacunas para críticas acerca de uma educação que se propõem a ser integral e com proposições formativas emancipatórias, que se julga ser constituída e enriquecida por significativas possibilidades formativas, das quais essas possibilidades não se constituem enquanto a essência dessa política que vem sendo instalada com novo Ensino Médio.

Pode-se ver por meio das concepções de educação que se configuram em conceitos do tempo integral em disputas na educação pública, com arranjos de interesses políticos e econômicos dos quais sintetizam uma educação mercantilizada e excludente, predominante nas reformas educacionais enraizadas na educação brasileira e vem sendo abertamente implantada nas escolas de ensino médio na formação dos jovens brasileiros.

As reflexões apresentadas apontaram que as bases político-ideológicas do Programa de Educação em tempo Integral no Ensino Médio, mostram como este está fortemente ligado à lógica de mercado, materializado no chamado Novo Ensino Médio na rede estadual do Pará o qual apresenta compromisso em executar a reforma do ensino médio servindo dessa forma ao jogo de interesses que rege a sociedade capitalista, que tende a atender as demandas de um mercado de trabalho volátil e precarizada tipicamente neoliberal.

E usam a educação escolar em todos os processos formativos como meio de garantir a execução do projeto de formação de jovens conformados com meio em que vive socialmente. E o tempo integral torna-se uma configuração política para elevar os



resultados das escolas nas avaliações em larga escala em detrimento da aprendizagem da produção cultural acumulada historicamente pela sociedade.

Palavras-chave: Tempo integral; Educação integral; Novo Ensino Médio; Política Neoliberal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 10 de jul. de 2020

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 dez 2019 | Edição: 237 | Seção: 1 | Página: 28. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.116-de-6-de-dezembro-de-2019-232132483> Acesso em 12 julho de 2020.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CAETANO, Maria Raquel. As reformas educacionais, o novo Ensino Médio e a gestão para resultados – Ofensiva empresarial? **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 1, p.204-220, Jan./Abr., 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5811/pdf> acesso em 14 de agosto de 2020.

QUEIROZ, Luís Miguel Galvão. Políticas Educacionais e Terceiro Setor: O Pacto Pela Educação do Pará. **MARGENS - Revista Interdisciplinar** Dossiê: Trabalho e Educação Básica Versão Digital – ISSN: 1982-5374 VOL.11. N. 16. Jun. 2017. (p. 25-39) disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/5381/4501> acesso em 14 de agosto de 2020.

SILVA, Karen C. J. R; BOUTIN, Aldimara Catarina. Novo ensino médio e educação integral: contextos, conceitos e polêmicas sobre a reforma. **Educação** | Santa Maria | v. 43 | n. 3 | p. 521-534 | jul./set. 2018- p. 521-533. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/30458> .pdf. Acesso em 12 de agosto de 2020.